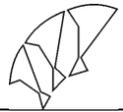


Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

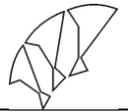


Ata da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 26/09/2014

<i>Relação dos Membros dos Plenários - Presentes</i>	
Entidade	Nome
4ª Cia de Polícia Ambiental	Fábio de Nóbrega
AAEAA - Amparo	Luís Henrique Gueratto
ABCON	Jorge Carlos Amin
ABES-SP	p/ André Sotero Martin
AEJ	Jaime Ramiro
ASSEMAE	Hugo Marcos Piffer Leme
	Maria das Graças Martini
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação dos Atrativos de Salto	p/ Sidney José da Rosa
CIESP – DR Americana	Leandro Zanini Santos
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	p/ Roberto Mario Polga
CIESP – DR Jundiá	Roberto Mario Polga
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
CIESP – DR Rio Claro	Maurício Silveira Pedreira
CIESP – DR Santa Barbara	p/ Alexandre Luis Almeida Vilella
Consórcio PCJ	p/ Guilherme Almstalden Valarini
COPASA	p/ Alan Eduardo
DAE Americana	Romualdo José Kokol
DAEE	Luiz Roberto Moretti
FIEMG	p/ Sidney José da Rosa
IEF	p/ Sidney José da Rosa
IPSA	Waldemar Bóbbo
Ministério da Integração Nacional	José Luiz de Souza
P.M de Bragança Paulista	Luís Natividade
P.M. de Cabreúva	Rosimeire Rabelo Santos Timporim
P.M de Camanducaia	André Vinicius Salgado Carbone
P.M de Campinas	Rogério Menezes
P.M de Capivari	José Luiz Cabral
P.M de Dois Córregos	Luiz Adarlan Raimundo
P.M. de Extrema	p/ Sidney José da Rosa
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Well
P.M de Iracemapolis	Valmir Gonçalves de Almeida
P.M. de Itapeva	Sidney José da Rosa
P.M de Itupeva	p/ Márcia Sumagawa Oku
P.M. de Jaguariúna	Irineu Gastaldo Júnior
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M de Limeira	Alquermes Valvassori
P.M. de Piracicaba	Gabriel Ferrato dos Santos
P.M. de Rio Claro	Geraldo Gonçalves Pereira
P.M. de Saltinho	Antônio Edilson Bressan
P.M de Salto	Juvenil Cirelli
P.M de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes
P.M. de Valinhos	p/ Eduardo Augusto de Almeida Bottura
P.M de Vargem	Michele Consolmagno
P.M de Vinhedo	Cássio José Capovilla
SAA	Angelo César Bosqueiro
	Sérgio Rocha Lima Diehl
SABESP	Hélio Rubens Figueiredo
	Oswaldo de Oliveira Vieira
Secretaria de Desenvolvimento	Giovanni Dell'Isola Neto
Secretaria da Educação	Fábio Augusto Negreiros
Secretaria da Fazenda	Afonso Celso Rocha Mastrelli
Secretaria de Planejamento	Gabriel Chamma Júnior

Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
SINMEC	p/ Sidney José da Rosa
SR Rio Claro	João Primo Baraldi
SR de Limeira	Nilton Piccin
SSRH	Luiz Roberto Moretti
	Leonildo Ednilson Urbano
UNICA	André Elia Neto
<i>Relação dos Membros dos Plenários Com Ausência Justificada</i>	
Entidade	Nome
Secretaria dos Transportes	Marcelo Poci Bandeira
	Augusto Olavo Leite
Secretaria de Energia	Daniel Jesus de Lima

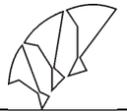
Aos 26 dias do mês de setembro de 2014, nas dependências da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, em Piracicaba/SP, realizou-se a 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ; 5 PCJ FEDERAL e CBH-PJ), registrando-se a participação de 110 pessoas, entre representantes dos municípios, da sociedade civil, dos usuários de recursos hídricos, dos governos dos estados de São Paulo e Minas Gerais e do governo federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários Presentes” e público em geral, registrado em livro próprio. 1. **Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Gabriel Ferrato dos Santos (Prefeito 15 Municipal de Piracicaba, Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL); Geovane Rodolfo Pereira Diógenes (Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Sapucaí Mirim, representando o Prefeito Jefferson Benedito Rennó, Presidente do CBH-PJ); Valmir 20 Gonçalves de Almeida (Prefeito Municipal de Iracemópolis); Rogério Menezes (Secretário Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável da cidade de Campinas); Sergio Razera (Diretor-Presidente da Agência das Bacias PCJ); Luiz 25 Roberto Moretti (Secretário-executivo dos Comitês PCJ). 2. **Abertura:** Dando início à reunião, o Sr. Moretti convidou aos componentes da mesa para tomarem seus lugares e a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. 2.1. **Saudações 30 iniciais dos membros da mesa:** O Sr. Moretti, em nome da Diretoria dos Comitês PCJ, cumprimentou a todos e agradeceu à Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba pela cessão deste espaço e informou que a presente reunião está sendo transmitida *on line*, pela 35 internet. Após, passou a palavra aos membros da mesa para saudações iniciais. O Sr. Geovane Diógenes cumprimentou a todos e justificou a ausência do Prefeito de Sapucaí-Mirim e Presidente do CBH-PJ, Sr. Jefferson Benedito Rennó, transmitindo suas 40 saudações e a preocupação com o período de estiagem vivenciado nas Bacias PCJ. O Sr. Rogério Menezes cumprimentou aos presentes e informou que o Prefeito Municipal de Campinas, Sr. Jonas Donizete, encaminhará nos próximos dias à Câmara Municipal 45 de Campinas projeto de lei que estabelece o



Ata da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 26/09/2014

pagamento por serviços ambientais no município, considerado um instrumento de grande importância para a recuperação e preservação de duas mil, quatrocentos e noventa e oito nascentes, mapeadas na cidade de Campinas. O Sr. Valmir Gonçalves de Almeida deu boas-vindas a todos e destacou a importância das discussões da presente reunião para as Bacias PCJ e a seriedade nos trabalhos desenvolvidos por este colegiado. O Sr. Gabriel Ferrato agradeceu a presença de todos e explanou sobre a importância dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Comitês PCJ, que nortearam os encaminhamentos dos assuntos em debate na presente reunião. Informou de sua participação no ArqFuturo, juntamente com o Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA) e o Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH/SP). O Sr. Gabriel Ferrato passou a palavra ao Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo dos Comitês PCJ, para a condução dos trabalhos. O Sr. Moretti deu início aos trabalhos nominando as entidades representadas na reunião, confirmando a existência de quórum nos três comitês. Após, dando prosseguimento à reunião, passou ao item 3. **Informes: 3.1. da Secretaria Executiva (SE):** O Sr. Moretti iniciou informando que por ocasião da realização de Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-SP), realizada no dia 9 de setembro de 2014, em São Paulo/SP, foi aprovada a proposta de atualização dos valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ), nos rios de domínio do Estado de São Paulo, conforme disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012, que será um dos itens de pauta tratados na presente reunião, devido a ajustes solicitados no prazo de início de cobrança dos valores atualizados. Acrescentou que na referida reunião também foi aprovado o reenquadramento do Rio Jundiá, de classe quatro para classe três, no seu trecho compreendido entre a foz do ribeirão São José e a foz do córrego Barnabé, aprovado pelos Comitês PCJ nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 206/14, de 08/08/2014. O Sr. Moretti informou que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo – FAESP e os sindicatos rurais em parceria com os Comitês PCJ, a Agência das Bacias PCJ e o Departamento de Águas e Energia Elétrica assinaram no dia 18 de agosto, em Monte Mor, o Pacto pela Água. O documento propõe uma parceria entre as entidades no sentido de orientar os agricultores rurais sobre o uso da água durante o período de estiagem que estamos vivenciando nas Bacias PCJ, em 2014. Acrescentou que uma das atividades previstas no “PACTO PELA ÁGUA” foi a realização de oficina, no dia 1º de setembro de 2014, nas dependências da Escola de Engenharia de Piracicaba, com a presença de representantes dos sindicatos rurais das Bacias PCJ, para conhecer melhor o Ato Declaratório do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo – DAEE, que é um instrumento legal

definido na Portaria DAEE nº 1800/2013, onde são cadastrados os usos de recursos hídricos existentes nos empreendimentos em áreas rurais, como fazendas, sítios etc., permitindo que os usuários iniciem o processo para obtenção da outorga ou da dispensa de outorga de uso dos recursos hídricos. Este instrumento é destinado a usuários rurais que utilizam recursos hídricos superficiais de domínio do Estado (captações/lançamentos de água em rios, córregos, barramentos etc.) ou subterrâneos (captações de água através de poços), para fins de irrigação de culturas agrícolas, aquicultura, dessedentação de animais, usos sanitários, recreação ou paisagismo, em propriedades localizadas nas zonas rurais. O Sr. Moretti informou que já está disponível, nos sites da Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ, a Deliberação dos Comitês PCJ nº 205/14, de 08/08/2014, que “aprova calendário, edital, procedimentos eleitorais e constitui comissão eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ, para o mandato 2015/2017”, bem como documentos e fichas de inscrições. O edital já foi publicado nos Diários Oficiais do Estado de São Paulo e da União, nos dias 13/08/2014 e 14/08/2014, respectivamente. Alertou que no período de 03/11/14 (segunda-feira) a 10/12/14 (quarta-feira), teremos o início e o término das inscrições de entidades associativas representativas de usuários de recursos hídricos e organizações civis, conforme fichas de inscrição a serem propostas e divulgadas pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti informou que na ocasião da realização da 58ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), foi aprovado o encaminhamento, por meio dos Presidentes dos Comitês PCJ, da “Carta dos Comitês PCJ aos Candidatos às Eleições 2014”, para os cargos de presidência, senado, governos estaduais e deputados federais e estaduais das Bacias PCJ, solicitando a incorporação em seu programa de governo, ora em debate e divulgação para as eleições de 2014, por meio de um “COMPROMISSO PÚBLICO”, em relação às diretrizes, as articulações e as ações necessárias para a concretização dos investimentos previstos no Plano de Bacias PCJ 2010-2020, visando à sustentabilidade hídrica da nossa região. Na ocasião do envio das cartas foram encaminhados, também: exemplar do Relatório Síntese do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, que apresenta as diretrizes estabelecidas para a recuperação da qualidade e quantidade das águas dos rios da nossa região; os programas prioritários e os recursos necessários e, no caso dos Candidatos do Estado de São Paulo, o Plano Diretor de Aproveitamento dos Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, que aponta ações e investimentos necessários à sustentabilidade e à segurança hídricas da região. O Sr. Moretti informou que a Prefeitura Municipal de Nova Odessa realizará, nos dias 16 e 17 de outubro de 2014, curso gratuito sobre “Sustentabilidade Hídrica do Município – Produção de Água como Solução para a Escassez”, no



Ata da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 26/09/2014

auditório do Instituto de Zootecnia de Nova Odessa. As informações para o curso estão disponíveis no site dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti informou que a Agência Nacional de Águas (ANA), o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), estarão promovendo no dia 01/10/14, na cidade de Campinas/SP, e no dia 02/10/14, na cidade de Extrema/MG, reunião com os setores de saneamento e indústria/mineração, com o objetivo de discutirem regras e condições de restrição de uso para captações de água em corpos d'água superficiais de domínio da União e dos Estados, localizadas nas áreas das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (UGRHI 5) e do Alto Tietê (UGRHI 6). Maiores informações podem ser obtidas nos sites da ANA e dos Comitês PCJ. **3.2. da Agência das Bacias PCJ:** O Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, informou que no dia 15/09/2014 foi realizada reunião na Promotoria de Justiça - GAEMA PCJ-Piracicaba, referente ao Inquérito Civil nº 14.1096.0000002/2014-9 – Programa de Efetivação do Enquadramento das Bacias PCJ, na qual especial atenção foi dada ao Relatório Final - R5 de autoria da COBRAPE, para adequação dos estudos, propostas e ações para se atingir metas intermediárias obrigatórias e progressivas de enquadramento dos corpos d'água, bem como inclusão de outros parâmetros nos estudos de qualidade dos corpos de água das Bacias PCJ. Ressaltou a importância da reunião e dos assuntos discutidos, sobre a questão do reenquadramento, das metas intermediárias para o reenquadramento e dos novos parâmetros de monitoramento, planejamento e programação de ações, para o desenvolvimento em curto e longo prazo. O Sr. Sergio informou que, na presente data, a Coordenação de Gestão da Agência das Bacias PCJ está participando de reunião com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), na cidade de Belo Horizonte, sobre regulamentação para aquisição e alienação de bens e para a contratação de obras e serviços pelas entidades delegatárias das funções de Agência de Bacias, nos termos da legislação mineira. O Sr. Sergio informou que a Organização Não-Governamental Instituto Brasileiro de Floresta (IBF), está procurando área na bacia do rio Jundiá com a intenção de promover o plantio de setenta mil mudas de árvores e solicitou apoio do plenário para que possam ser mapeadas áreas para se promover o plantio das mudas fornecidas. Após, o Sr. Sergio passou a palavra a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, diretora-técnica da Agência das Bacias PCJ, que apresentou a situação dos 540 empreendimentos indicados para recebimento dos recursos FEHIDRO/Cobranças PCJ, dos exercícios de 1994 a 2013. A Sra. Patrícia forneceu informações sobre o quantitativo financeiro de desembolsos, dos trabalhos desenvolvidos pela Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ, junto aos tomadores de recursos das Cobranças PCJ e FEHIDRO e do fluxo financeiro na execução dos empreendimentos. Na

sequência o Sr. Eduardo Léo, Coordenador do Sistema de Informação da Agência das Bacias PCJ, lembrou os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 097/10, de 09/12/2010, que aprovou o “Plano das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o período de 2010 a 2020, com propostas de Atualização do Enquadramento dos Corpos d'Água e de Programa para Efetivação do Enquadramento dos Corpos d'Água até o ano de 2035”. Salientou que a revisão do plano de bacias é uma das atividades previstas no processo de planejamento das bacias PCJ, e que o Relatório Final do Plano das Bacias PCJ estabelece em suas “Diretrizes para Implementação do Plano de Bacias 2008-2020” a necessidade de revisão periódica do documento. A atividade está contemplada dentre os programas de investimentos do Plano das Bacias PCJ, no Programa de Duração Continuada (PDC) nº 1, Subprograma 1.04. A necessidade de revisão do plano de bacias também está prevista na legislação, destacadamente a Deliberação CRH (SP) nº 146, de 11 de dezembro de 2012, que aprova os critérios, os prazos e os procedimentos para a elaboração do plano de bacia hidrográfica, estabelecendo que o prazo para revisão dos planos de bacias encerra-se em 31 de dezembro de 2015, conforme estabelece a Deliberação CRH nº 159/2014. O Sr. Eduardo Léo explicou que a revisão periódica do plano de bacias deve ser realizada para, dentre outros objetivos, atender aos termos da Deliberação CRH (SP) nº 146/12; Deliberação CRH (SP) nº 159/14; Resolução CNRH nº 145/12; Decreto Estadual (MG) nº 41.578; e necessidades das Bacias PCJ. O Sr. Eduardo destacou que os desafios e as necessidades para a revisão e atualização do plano são: o atendimento às exigências de conteúdo; requisitos para as fontes de dados; prazo para aprovação; disponibilidade de ferramentas; temas em debate nos Comitês PCJ; projetos e assuntos em andamento. Informou que o arranjo geral dos trabalhos a serem desenvolvidos consiste nas seguintes etapas: Etapa 1 – atualização de dados disponíveis, atualização das projeções e cenários e atualização dos custos dos programas de investimento e adequação do plano para o atendimento da Deliberação CRH 146/2012. Não serão alteradas as diretrizes e premissas já existentes no plano atual. Etapa 2 – acompanhamento técnico, subsídios e propostas para as discussões a respeito de assuntos de grande importância para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, a saber: (i) Construção de novas barragens - Pedreira, Duas Pontes e Santa Maria da Serra; (ii) Retomada das discussões sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira; (iii) a concepção e o projeto do sistema de distribuição da vazão regularizada pelas barragens de Pedreira e Duas Pontes; (iv) Estudo de pequenos barramentos complementares para abastecimento público; (v) Estudos para definição de plano diretor de reúso; e a Etapa 3 – fase do trabalho onde serão abordados e acrescidos e detalhados novos temas, cujas Câmaras



Ata da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 26/09/2014

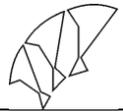
Técnicas dos Comitês PCJ julgarem ser necessários para o andamento do processo de gerenciamento dos recursos hídricos, juntamente com os assuntos abordados na Etapa 2. Nesta fase terá a preparação de cadernos temáticos com foco em: Educação Ambiental; conservação e recuperação florestal; ações específicas na porção mineira; enquadramento dos corpos d'água; águas subterrâneas, e conservação no meio rural. Posteriormente, ocorrerá a consolidação dos cadernos com a revisão no Programa de Ações e Investimentos. Na sequência, apresentou as sugestões para envolvimento das câmaras técnicas, para cada um dos cadernos temáticos, bem como proposta de cronograma para o desenvolvimento das ações, sendo o início das discussões previsto para o mês de setembro na Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB); em outubro, discussões com todas as câmaras técnicas dos Comitês PCJ, e apreciação em Reunião Conjunta CT-PB/CT-PL, com posteriores diálogos complementares com os órgãos gestores. Ressaltou que não serão discutidos os conteúdos e as metodologias, e sim, programas e metas dos cadernos temáticos. Informou que até a data de 24 de outubro a CT-PB estará recebendo contribuições com subsídios e propostas de temas para as discussões posteriores.

3.3. dos Membros do Plenário: O Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. João Primo Baraldi, Coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), que informou que dentro das atividades do GT-Estiagem 2014, a CT-Rural, com o apoio da Agência das Bacias PCJ, irá realizar no município de Holambra, em 17/10/2014, seminário sobre: "O Uso da Água nas Bacias PCJ durante a estiagem 2014"; na ocasião serão distribuídos pluviômetros, cedidos por meio de patrocínio pela Caixa Econômica Federal. No âmbito deste seminário foi desenvolvida publicação impressa com versão em formato digital, contextualizando "O Uso da Água no Meio Rural", que será postado, em meio eletrônico, aos sindicatos rurais das Bacias PCJ e divulgado no Boletim Semanal do GT-Estiagem. O Sr. Jorge Mercante, Coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria, dos Comitês PCJ (CT-Indústria), informou que foi elaborada, no âmbito da CT-Indústria, em reunião ordinária em 20/08/14, na REPLAN/Petrobras, contribuições visando à gestão dos recursos hídricos durante a estiagem 2014 com enfoque nas questões que envolvem a restrição e o racionamento de água para a indústria, que foi apresentada na 6ª Reunião Ordinária do GT-Estiagem, realizada no CIESP/Jundiá, no município de Jundiá/SP, no dia 10/09/2014, que constava de: 1) Cálculos de Vazão e Determinação do Estado das Vazões; 2) Reuniões de Crise com os usuários presentes nos cursos d'água, quando da impossibilidade de captações ou restrições legais de outorga; 3) Experiência inicial com enfoque aos rios Jaguari e Atibaia; 4) Mecanismos de Avaliação de Situações em Caráter Excepcional; 5) Períodos Diários de Aplicação das Restrições; e 6) Incidência

do instrumento Cobrança Pelo Uso dos Recursos Hídricos. Após a explanação, questionou ao Secretário-executivo dos Comitês PCJ sobre os encaminhamentos dados ao documento. O Sr. Moretti informou que foi encaminhado à Superintendência de Regulação – SER, da Agência Nacional de Água (ANA), e para a Diretoria de Outorgas e Fiscalização do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

4. Assuntos a deliberar: 4.1. Ata da reunião realizada no dia 08/08/2014 nas dependências do Centro de Convenções Aydil Pinesi Bonachella, no município de Indaiatuba/SP: O Sr. Moretti explicou tratar-se da minuta da ata da última reunião plenária, ocorrida no município de Indaiatuba/SP, e questionou sobre a necessidade de leitura da ata. Dispensada a leitura, foi aberta a palavra para discussão e, não havendo manifestação, colocou a minuta da ata em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações.

4.2. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 209/14 que "Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ": O Sr. Moretti lembrou que as deliberações *ad referendum* são discutidas e aprovadas em reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), em virtude da necessidade de atendimento das demandas mais urgentes dos Comitês PCJ, devendo as mesmas ser referendadas pelos Plenários dos Comitês PCJ. O Sr. Moretti detalhou a Deliberação dos Comitês PCJ *ad referendum* nº 207/14, de 27/08/2014, que indicou empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e do FEHIDRO, referentes ao exercício de 2014, informando que, nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 189/13, de 07/11/2013, que definiram o cronograma de atividades e as ações passíveis de obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, os empreendimentos inscritos para seleção e indicação, em 2014, e que apresentassem todos os documentos exigidos naquela deliberação, conforme atestado emitido pela Agência das Bacias PCJ, seriam indicados por meio de deliberação *ad referendum* dos presidentes dos Comitês PCJ, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros do exercício de 2014, conforme ordem cronológica de protocolo. Diante do exposto, o Sr. Moretti relatou que foi dada ampla divulgação ao processo de inscrição e que foi mantido, pela equipe da Fundação Agência das Bacias PCJ, plantões para esclarecimentos de dúvidas sobre as condições de acesso aos documentos e preenchimento dos mesmos; que dos 37 pedidos de recursos financeiros aos Comitês PCJ, inscritos para o processo de pré-qualificação visando à obtenção de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, 05 foram indeferidos, não se enquadrando nos critérios de seleção de projetos estabelecidos na Deliberação dos Comitês PCJ nº 189/13 ou como beneficiários do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, restando 32 que



Ata da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 26/09/2014

foram pré-qualificados e puderam ter andamento no processo de inscrição, com os ajustes solicitados pelas câmaras técnicas; que dos 32 empreendimentos pré-qualificados, após as complementações solicitadas pela Secretaria Executiva dos Comitês PCJ/Agência das Bacias PCJ, câmaras técnicas dos Comitês PCJ, agentes técnicos e órgãos licenciadores, 27 empreendimentos se inscreveram para o processo definitivo de seleção, sendo que foram indeferidos 02 empreendimentos, por não haver saldo disponível para serem indicados, ficando todos na lista de suplentes para apresentarem a documentação completa até o dia 26/09/14; e que 23 empreendimentos apresentaram toda documentação exigida, e encontram-se perfeitamente enquadrados no Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004-2007 e no Plano das Bacias PCJ 2010-2020, vigentes, incluídos nas propostas de ações em cada Programa de Duração Continuada-PDC, tendo condições de serem indicados para recebimento de recursos das Cobranças PCJ, referentes ao exercício de 2014. Na sequência o Sr. Moretti apresentou os recursos financeiros disponíveis aos Comitês PCJ, para o exercício 2014, para contratações de empreendimentos, por meio do FEHIDRO e das Cobranças PCJ e os empreendimentos indicados para contratação com recursos do FEHIDRO, da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União e de domínio do Estado de São Paulo. Na sequência, o Sr. Moretti comentou sobre a Deliberação dos Comitês PCJ *ad referendum* nº 208/14, de 05/09/2014, que prorrogou o período de atuação do Grupo de Trabalho da “Operação de Estiagem PCJ – 2014”, no âmbito da CT-PL (GT-Estiagem 2014), instituído pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de 27/03/2014. Lembrou que nos termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, foi criado o Grupo de Trabalho para a instituição da “Operação de Estiagem PCJ – 2014”, no âmbito da CT-PL (GT-Estiagem 2014), mantendo suas atribuições até 30/09/2014 ou prazo superior, a critério da Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL). Informou que o GT-Estiagem realizou, até a presente data, 9 reuniões, nos dias 16/04/2014; 29/04/2014; 08/05/2014; 14/05/2014; 11/06/2014; 24/06/2014; 16/07/2014; 13/08/14 e 10/09/14 e consolidou as Atividades Emergenciais Propostas para 2014. Diante o exposto o Sr. Moretti argumentou que, considerando a consolidação referida, com atividades que necessitam de acompanhamento contínuo e o prosseguimento de tratativas para seu desenvolvimento, até o final da estiagem atual, que segundo previsões climáticas atualizadas, pode se prolongar além do mês de setembro, seria importante a prorrogação do período de atuação do Grupo de Trabalho da “Operação de Estiagem PCJ – 2014”, no âmbito da CT-PL (GT-Estiagem 2014). Ressaltou que o assunto foi apreciado na 58ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada no dia 05/09/2014, no município de Holambra/SP, deliberando-se quanto à prorrogação da

“Operação Estiagem PCJ – 2014” e pela continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo GT-Estiagem 2014, sugerindo o prazo até 30/11/2014, permanecendo vinculado à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL) e sendo mantidas a composição, objetivos, atribuições e competência do GT-Estiagem 2014, conforme disposto na Deliberação Comitês PCJ nº 197/2014, de 27/03/2014, recomendando, ainda, que a prorrogação em questão fosse aprovada por meio de deliberação *ad referendum* dos presidentes dos Comitês PCJ, face à não previsão naquele momento, até o prazo determinado na Deliberação dos Comitês PCJ nº 197/14, de realização de reunião plenária dos Comitês PCJ. Posteriormente aos esclarecimentos, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos membros do plenário e, não havendo, colocou a Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 209/14 que “Referenda Atos dos Presidentes dos Comitês PCJ” em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **4.3. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, de 26/09/2014 que “Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ (federal, paulista e mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2015, e dá outras providências”:** O Sr. Moretti iniciou explicando sobre o grupo de trabalho, criado no âmbito da CT-PL, para a proposição dos critérios de distribuição de recursos e a origem dos recursos a serem deliberados, informando que os recursos da Cobrança Federal PCJ já estão comprometidos com o PAP (Programa de Aplicação Plurianual), conforme aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 163/12, de 14/12/2012, que instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2013-2016. Esclareceu que a Cobrança Paulista PCJ tem arrecadação anual em torno de dezoito milhões de reais, mais os rendimentos, e os recursos repassados pelo FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo), têm valores próximos a quatro milhões de reais, mais os cancelamentos de empreendimentos. Em seguida, o Sr. Moretti iniciou a apresentação sobre a proposta trabalhada pelo GT-Critérios e o cronograma do processo para distribuição de recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, para o exercício 2015, explicando a linha de trabalho adotada para as propostas apresentadas. Em seguida, o Sr. Moretti apresentou as propostas aprovadas no GT-Critérios e na CT-PL, referentes aos percentuais destinados aos PDCs 1 (Base de Cadastros, Estudos e Levantamentos), 3 (Recuperação da Qualidade de Corpos D’Água) e 5 (Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos), ressaltando o fato de que se aguarda a aprovação no Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) e a publicação de decreto do governador da proposta sobre a alteração das porcentagens de valores



Ata da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 26/09/2014

máximos de distribuição em cada PDC, esperando-se que isto ocorra até o final de outubro de 2014. Na sequência, o Sr. Moretti apresentou proposta de cronograma, esclarecendo as datas postostas, informando que a ideia é a manutenção dos procedimentos e critérios já utilizados em 2014, apenas simplificando o protocolo de documentos. Acrescentou que, devido à impossibilidade de aplicação de recursos da cobrança paulista no PDC 5, face ao percentual limite atual ter sido atingido, a proposta do GT-Critérios é de aplicação da totalidade do saldo do montante de recursos da Cobrança Federal PCJ, destinado à demanda espontânea, para o PDC5, no valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), para financiamento de empreendimentos neste exercício de 2014. A alteração nos valores para planos e projetos que devem possuir valor global mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais); e de serviços, equipamentos e obras devem possuir valor global mínimo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o PDC 3 e valor global mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) para o PDC 5; a SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e a COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais poderão inscrever empreendimentos que contemplem ações em todos os municípios por elas operados, nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, respeitando-se que o montante de recursos das solicitações não pode ultrapassar 35% dos “recursos para investimentos” disponíveis para distribuição. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para a Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Agência PCJ, que informou os resultados e os valores disponíveis por PDC, na situação atual, do orçamento de 2014, e simulações de aplicação dos recursos, caso ocorra a alteração do decreto que dispõe sobre as porcentagens de valores máximos de distribuição em cada PDC. Na sequência, o Sr. Moretti abriu a palavra aos membros. O Sr. Geraldo Gonçalves Pereira, representante da Prefeitura Municipal de Rio Claro, solicitou a palavra e requereu que, não sendo assinado em tempo o decreto do Governador alterando os percentuais de aplicação dos recursos da Cobrança Paulista PCJ em cada Programa de Duração Continuada fixados por meio do Decreto nº 51.449/2006, de 29/12/06, que os Comitês PCJ priorizassem a indicação dos 4 empreendimentos suplentes do processo de distribuição de recursos do exercício de 2014, no exercício de 2015, uma vez que os mesmos encontram-se analisados e enquadrados nas regras, sendo a proposta foi debatida, havendo o entendimento de que a mesma poderia ter verificada sua possibilidade de ser acatada. Na sequência o Sr. Moretti explicou que para utilização do saldo da Cobrança Paulista PCJ, ainda em 2014, visando à indicação dos 4 suplentes com recursos do exercício de 2014, há necessidade de aprovação de novo decreto

do governador, antes do término do prazo de indicação de empreendimentos estabelecido pelo FEHIDRO, com a atualização dos PUBs – Preço Unitários Básico e dos novos percentuais de aplicação com especificação dos respectivos Programas de Duração Continuada – PDCs, estabelecidos por meio do Decreto nº 51.449/2006, de 29/12/06, que aprovou e fixou os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti colocou em votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 210/14, que define os critérios gerais e específicos, o cronograma de atividades e as ações passíveis de obtenção de financiamento na modalidade de Demanda Espontânea, com recursos do FEHIDRO e das Cobranças PCJ, referentes ao orçamento de 2015, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência propôs que o pleito da P. M. de Rio Claro, quanto à priorização e a indicação dos 4 empreendimentos suplentes do processo de distribuição de recursos do exercício de 2014, no exercício de 2015, seja deliberado na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ, o que foi aprovado por unanimidade. **4.4. Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 211/14, de 26/09/2014 que “Ajuta a redação do Anexo II da Deliberação Comitês PCJ nº 160/2012, referente à proposta dos novos PUBs das Cobrança Paulista PCJ, em atendimento à Deliberação CRH nº 164, de 09/09/2014.”:** O Sr Moretti lembrou que os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/12, de 14/12/2012, estabeleceu novos valores para os PUBs das cobranças pelo uso dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Cobranças PCJ), destacando o constante em seu Anexo II, que trata da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo. Informou que após quase dois anos de discussões, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-SP), em Reunião Extraordinária realizada no dia 9 de setembro de 2014, em São Paulo/SP, aprovou a Deliberação CRH nº 164, de 9 de setembro de 2014, a qual referenda a proposta dos valores dos Preços Unitários Básicos – PUBs, da cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, nas Bacias PCJ, aprovada na Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/2012. O CRH exigiu, entretanto, no parágrafo único do art. 1º, que “deve ser revista a progressividade prevista no art. 2º, do anexo II, na Deliberação dos Comitês PCJ nº 160, de 2012, garantindo a não retroatividade dos valores revistos da cobrança”. Diante do exposto, esclareceu que para que ocorra o encaminhamento da proposta referendada pelo CRH, ao Governador do Estado de São Paulo, visando à publicação de decreto aprovando e fixando os novos valores dos PUBs e dos percentuais de aplicação dos recursos a serem arrecadados com a cobrança em questão, há necessidade da aprovação, pelos Comitês PCJ, da



Ata da 12ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em Piracicaba/SP, em 26/09/2014

revisão do texto que consta no art. 2º, do anexo II, da Deliberação dos Comitês PCJ nº 160/2012. A proposta apresentada na minuta de deliberação em questão é de acrescentar ao Anexo II da Deliberação dos Comitês PCJ nº 160, de 14 de dezembro de 2012, um artigo 5º com a seguinte redação: “Art. 5º A aplicação dos valores dos PUBs descritos no art. 2º deste anexo ocorrerá somente e imediatamente após a data de publicação, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, do decreto do Governador do Estado de São Paulo, previsto no inciso IV do art. 6º da Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005, regulamentado por meio do inciso VI do art. 14 do Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006, com os valores correspondentes ao período em que ocorrer a publicação, não retroagindo a cobrança para datas anteriores à data de início da validade desses PUBs”. Após a explanação, foi aberta a palavra aos plenários. O Sr. Roberto Mario Polga, representante da CIESP DR-Jundiaí, solicitou a palavra e lembrou que nos termos do artigo 8º, § 1º, da Deliberação CRH nº 90, de 10 de dezembro de 2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, a

cobrança não poderá ser retroativa, respeitada a data de sua implantação, cabendo, também, a regra para os reajustes, não tendo o plenário outras opções. Solicitou para que constasse em ata que o segmento de usuários de recursos hídricos industriais, representados pela CIESP-DR Jundiaí e CIESP-DR Indaiatuba, desde que iniciaram-se a discussões das atualizações dos valores dos PUB's, são contrários aos reajustes propostos e aprovados pelos Comitês PCJ. A Sra. Ester Feche Guimarães, representante da Associação dos Engenheiros da SABESP (AESABESP), questionou se seria necessária consulta pública previamente ao decreto, pois, a cobrança dos serviços públicos de saneamento, torna necessário, anteriormente à decisão da agência reguladora, colocar em consulta pública. O Sr. Moretti esclareceu que a legislação de recursos hídricos não obriga a realização de consultas públicas na implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Após, o Sr. Moretti colocou a proposta da minuta de deliberação em questão, em votação, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Gabriel Ferrato agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
Comitês PCJ

JEFFERSON BENEDITO RENNÓ
Presidente do CBH-PJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

GABRIEL FERRATO DOS SANTOS
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL